

# 1

## Introdução

Tratar Hobbes como o arauto do medo não parece ser a melhor interpretação para seu pensamento, muito embora grande parte dos autores tenham adotado tal postura ao longo dos anos. A associação entre o pensamento deste autor, especialmente no campo do Direito e da Teoria Política, e uma espécie de aura misteriosa que paira sobre seu legado demonstram que ele parece ser, quando muito, intencionalmente mal-interpretado.

Isto não significa dizer que Hobbes seja um mártir ou que seu pensamento não tenha incoerências, mas apenas que sua apreensão exige mais do que um esforço de leitura sistemática e abstrato de uma vasta obra. Exige uma complementação, uma contextualização necessária à apreensão da dinâmica do próprio período em que Hobbes viveu, de sua própria vida e, principalmente, do movimento interno à sua própria obra, como um produto com vida própria e pulsante, inserida em uma dinâmica de conflitos específica. Enfim, é isso que se procura pesquisar nesta dissertação, trata-se de uma tentativa de desenvolvimento de uma interpretação de acordo com a temporalidade que a própria obra de Hobbes criou e continua a criar.

Aqui o corte é feito em um dos pontos centrais da teoria hobbesiana: a natureza humana. Hobbes é, antes de tudo, um moderno que parece não conseguir libertar-se totalmente de suas raízes humanistas. Seus estudos são feitos no início do século XVII, na Universidade de Oxford, quando então entra em contato com as Humanidades e a Escolástica, carregando tal herança por toda sua vida, mesmo tentando combatê-la.

Seus escritos demonstram uma evolução no conceito de liberdade que vem a desenvolver. Conceito este crucial para o tema aqui estudado, pois será a pedra

fundamental, junto aos estudos de física, para o desenvolvimento da noção de *conatus* ou desejo, que impulsiona a natureza humana ao ponto de confundir-se com ela.

Natureza humana esta que será ainda a base para o desenvolvimento de uma teoria do contrato social e da soberania, cuja influência sente-se até os dias atuais. Utilizando-se da geometria euclidiana e de uma Física desenvolvida pelo próprio Hobbes, a natureza humana irá ser modificada, assim como os conceitos serão arrancados da Escolástica, principalmente, e forjados para formar o caminho que resultará no *Leviatã*, o intérprete único e guia para a sociabilidade humana.

Até então temos um Hobbes teórico. Como complemento à sua interpretação, deve-se considerar também que ele tinha “inimigos”, pensadores e escolas de pensamento que com ele se digladiavam. Tomar a decisão de escrever o *Leviatã* (sua principal obra) justamente durante a Revolução Puritana de 1640 não é algo que acontece ao acaso, mas parece ser uma resposta a uma provocação, uma tentativa de imiscuir-se no processo revolucionário, transformando-o.

Neste ponto, alguns grupos políticos ingleses radicais da época mencionados nesta dissertação, tais como os Levellers e Quackers, devem ser mencionados como participantes desta dinâmica e alvo da escrita hobbesiana. No mesmo sentido, os autores que escreviam sobre a liberdade e sua nova caracterização diante da “limpeza” dos resquícios do feudalismo inglês promovida por aquela revolução, também dialogam com Hobbes.

A Inglaterra vive na década de 40 e 50 do século XVII o auge de um período revolucionário e de significativa mudança. Está em jogo a imposição de uma política revolucionária que norteará os caminhos a serem seguidos pelo país e, ao mesmo tempo, há o alinhamento das prioridades políticas das novas elites burguesas e o realinhamento daquelas de parte da antiga elite feudal inglesa. Trata-se, em suma, de um período cinzento, em que há o realinhamento de forças dentro do próprio país, coincidindo com o começo de um processo mais geral de “crise da mente europeia”, como será detalhado nos capítulos seguintes.

É com intuito de seguir este movimento de crise intelectual e política europeia e seguindo os ensinamentos de autores como Antonio Negri, Michael Hart e Jonathan Israel, que se inicia o desenvolvimento desta dissertação com o capítulo 2. Trata-se de um movimento fundamental, principalmente por sua influência dentro da própria Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, além de ser um movimento do qual o próprio Hobbes participa, uma vez ser ele um autor que passa parte de sua vida dividida entre a Inglaterra e o continente europeu (em especial a França), acumulando influências que não se restringem apenas ao pensamento inglês.

Ademais, no “olho deste furacão” estão temas fundamentais da Teoria Política. Daí sua importância para a caracterização do estudo acerca da natureza humana em Hobbes, pois se tem uma mudança que virá a ser sentida em todos os campos do conhecimento. A Europa, que durante o período da Idade Média tinha sobre si a sombra da Igreja e do pecado original, misturando política e religião, agora sofre um processo de cisão, em uma tentativa do homem conquistar sua independência frente os “negócios” eclesiásticos, seja por meio de divergência dentro do seio da própria Igreja, seja por meio da imposição de novas formas sobre o conceito de “liberdade”.

Seguindo esta linha de pensamento e tomando agora como base os escritos de Renato Janine Ribeiro, Quentin Skinner e Christopher Hill, passa-se ao capítulo 3, em que há o aprofundamento da noção de natureza humana, voltada especificamente para o pensamento de Hobbes. Neste capítulo, o fio principal é a noção de “liberdade”, “vontade” e de *conatus* ou desejo para este autor, tendo-se em vista que este não é o único a desenvolvê-lo durante o século XVII, estando em conflito principalmente com a escolástica (cujos bastiões eram a universidade de Oxford e Cambridge, na Inglaterra), e que Hobbes carrega consigo uma dualidade entre o ensino clássico das Humanidades e a nova ciência que começa a ser desenvolvida misturando conhecimento prático (como era o caso do saber gerado pela navegação) e teórico (em especial, a matemática e a geometria) e tem como um de seus principais entusiastas, Bacon (com que Hobbes teve contato pessoal).

Aqueles conceitos de “liberdade” e desejo, em Hobbes, trazidos de seus estudos de física (uma vez que agora o ser humano começa a ser visto como um máquina) e geometria, são o fundamento e a base para o que virá adiante. Ainda continuando com o mesmo caminho aberto pelos autores acima mencionados, é este o tema do capítulo 4, em que se busca discutir um pouco mais afundo o próximo passo da teoria hobbesiana, a formação do contrato social. Este parece ser o principal momento da filosofia de Hobbes, em que há a grande virada em direção à possibilidade de socialização do ser humano e, como condição para isto, formação do Estado como seu representante.

Seguindo um fio que futuramente Nietzsche viria a tornar explícito, Hobbes cria, com o Estado, aquele que poderá impor a sua interpretação sobre os conceitos, tal como em uma ciência. É o Leviatã que, personificado por aqueles que tem a capacidade de defender a vida do seres humanos que estão sob sua égide (o monarca), resguarda a soberania e tem o poder para unificar o Estado e a religião em um só corpo. Ele é o representante do corpo político.

Embora não seja o intuito desta dissertação discorrer sobre a soberania, assunto por demais complexo para ser aqui abordado, seu aspecto mencionado no capítulo anterior será um monumento de passagem para se chegar, na conclusão, último capítulo desta dissertação, a uma proposta de interpretação da natureza humana hobbesiana que se entende compatível com o próprio período e a filosofia de Hobbes, como uma tentativa de solução da crise política por que passa a Inglaterra.